Opinião socialista
PSTU
Ano VIII Edição 164
De 03/12/2003 a 28/01/2004
Contribuição: R$ 2,00

ABAIXO O ACORDO DE MIAMI

ROMPER AS NEGOCIAÇÕES JÁ!

ARTIGO

Foto Samuel Tosta

MARCELO BADARÓ ESCREVE SOBRE A REFORMA SINDICAL E A TRABALHISTA

PÁGINA 5

CAMPO

PLANO DE REFORMA AGRÁRIA DE LULA É UMA FRAUDE

Foto Marcelo Casal Jr.

PÁGINA 8

CULTURA

ÚLTIMO EPISÓDIO DE MATRIX DECEPCIONA

Foto divulgação

PÁGINA 10

O QUE SE DISSE

"A decisão nunca é do Palocci, a decisão é do governo."

LULA,
defendendo Palocci das provocações de Stédile, do MST, que, para não atacar o governo, escolheu o ministro da Fazenda.

CAROS LEITORES

Informamos que o *Opinião Socialista* está entrando em férias. Em 2003 publicamos os principais fatos da conjuntura nacional e internacional: o Fórum Social Mundial, a campanha contra a guerra, a greve dos servidores, as campanhas salariais, os congressos da CUT e da UNE e a campanha contra a Alca. Em 2004, após uma breve pausa, continuaremos a serviço da luta contra a política neoliberal do governo Lula e seus acordos e compromissos com o FMI e com a Alca e como um instrumento para o socialismo.

SUMÁRIO

FALA ZÉ MARIA

Movimento por um Novo Partido entra em nova fase

Uma plenária nacional que reuniu mais de 400 ativistas, lideranças docentes, dos movimentos sociais e diversos agrupamentos políticos lançou o Movimento por um Novo Partido. Ela aconteceu em Belo Horizonte, durante o Fórum Social Brasileiro, e decidiu realizar um encontro nacional do Movimento em meados do ano que vem. Queremos construir um novo partido socialista e revolucionário, superior às alternativas existentes.

Agora, devemos organizar plenárias em todos os estados, iniciar o debate sobre programa, concepção e funcionamento para o novo partido e construir uma atuação comum nas lutas. É importante ressaltar que o Movimento se constitui com caráter amplo e aberto, sem centralização política. Um espaço onde possa ocorrer um debate democrático e qualificado, com a participação de toda a militância. Uma Secretaria Nacional foi constituída para organizar o debate, em breve estará circulando uma revista e foi lançado o site www.movimentonovopartido.org.br.

OS PARLAMENTARES "RADICAIS" OPTARAM POR DIVIDIR ESTE ESFORÇO

Os parlamentares "radicais", ligados ao MES e à CST, consumaram a divisão que já vinham anunciando. Negaram-se a participar da plenária unitária, organizaram outra atividade e definiram ir à legalização de um partido já. Eles recusam-se a participar de um esforço unitário e de uma discussão democrática, envolvendo toda a militância e todas as opiniões – inclusive, obviamente, as dos próprios parlamentares –, e querem lançar já um partido. O programa e concepção desse partido, é claro, já foi definido pelos parlamentares e suas organizações.

É grave a atitude dos companheiros, pois ela colocará todos os ativistas que querem construir uma alternativa ao PT frente a duas e não uma alternativa política. Na nossa opinião, os parlamentares e suas organizações cometem um crime político ao patrocinarem essa divisão.

O SIGNIFICADO DESSA DIVISÃO: UMA POLÊMICA NECESSÁRIA

A atitude divisionista deles é grave porque dificulta a aglutinação da militância para a construção do novo partido. E também porque demonstra uma decisão de buscar construir, frente à crise do PT, uma alternativa política centrista-eleitoral.

Esses companheiros apontam para a ruptura com o PT e o governo, mas não com o regime democrático-burguês. Expressão óbvia disso é a insistência deles em priorizar a apresentação de uma saída eleitoral em 2006 ao processo que vive o país.

Eles reagem indignados quando se lhes imputa a defesa de uma estratégia eleitoral. Mas vamos aos fatos e argumentos que eles usam. Dizem eles que "não está colocada no horizonte político a existência de grandes conflagrações sociais". Isso seria um exagero do PSTU, portanto, "a tarefa desse novo partido é apresentar uma alternativa eleitoral em 2006". Eles dizem querer um partido para a luta, mas, "como não se anunciam grandes lutas, a tarefa do partido é apresentar uma alternativa via... eleições".

Aqui há dois problemas. Um, de análise da dinâmica da luta de classes. Não há por que descartar a possibilidade de vivermos nos próximos anos um processo de grandes conflagrações sociais, de grandes lutas que questionem o atual estado de coisas e enfrente o projeto neoliberal que o governo está aprofundando. É isto que está ocorrendo em praticamente toda a América do Sul neste momento.

Óbvio que há grandes diferenças entre a situação do Brasil e da Bolívia, por exemplo. Mas estas são de ritmo e prazos do processo. Não podemos descartar a possibilidade de explosão de uma situação revolucionária também no Brasil nos próximos anos. Pelo contrário, precisamos de um partido que, ao invés de ficar obcecado com as eleições de 2006, esteja preocupado em preparar conscientemente o processo de mobilizações.

O segundo problema é que, mesmo que não venha a acontecer essa hipótese no próximo período, isso não justifica a construção de um partido de caráter centrista-eleitoral.

Vivemos mais de vinte anos de PT. Agora ele está no governo e se consuma uma experiência importante de toda militância com a estratégia eleitoralista deste partido e com sua política de alianças com a burguesia. Depois de tudo isso, não buscar unir os lutadores para construir uma alternativa revolucionária é um crime contra a revolução brasileira.

Estamos tratando aqui da definição estratégica do partido que queremos construir. Pois não está em discussão a participação em eleições. A disputa eleitoral tem a sua importância e devemos também ocupar esse espaço. No entanto, a disputa eleitoral não pode ser a preocupação central do novo partido que queremos construir, pois não queremos repetir o PT. A participação nas eleições tem de estar subordinada e a serviço das lutas e organização dos trabalhadores para uma verdadeira transformação social do país.

É por não aceitar essa idéia, que os companheiros dão essa urgência à legalização de nova legenda eleitoral, ainda que isso signifique atropelar todo o debate democrático e a definição coletiva e pela base sobre o conteúdo e caráter do novo partido.

Essa opção estratégica feita por eles é que define como parâmetro para a construção do novo partido que está impulsionando o "programa dos últimos vinte anos do PT", transformado numa plataforma – difusa obviamente –, que tem pouca ou nenhuma serventia para um partido que se prepara para os grandes enfrentamentos que precisamos construir contra o neoliberalismo e a dominação capitalista/imperialista. Mas como base para disputas eleitorais pode ser muito útil.

> "Não buscar unir os lutadores para construir uma alternativa revolucionária é um crime contra a revolução brasileira"

FRENTE DE TENDÊNCIAS NÃO GARANTE DEMOCRACIA

Também no funcionamento os companheiros querem repetir o PT. Pois, a defesa de um partido que funcione como frente de tendências (é isso que significa o tal direito de "tendências permanentes") não tem nada a ver com democracia. O PT tem tendências permanentes, e onde está a democracia no PT? Este tipo de organização serve para que a base e o coletivo partidário não tenham controle sobre parlamentares e dirigentes.

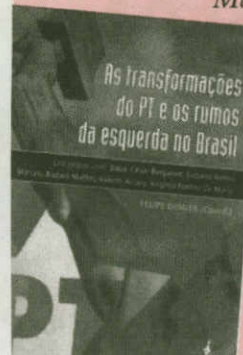
Direito de tendência em períodos preparatórios de Congressos é essencial. Defendemos um funcionamento profundamente democrático do partido, com intenso e permanente debate político interno. Mas é preciso também a centralização política, pois, como dizia Lênin, precisamos atuar "como um só homem" contra a burguesia. Para tanto, dirigentes e parlamentares devem ser controlados pela base, pelo coletivo do partido.

A definição do programa e concepção do novo partido pressupõe uma discussão profunda, democrática, com ampla participação e decisão pela base. O que exige tempo e paciência. Não pode estar subordinada ao calendário eleitoral. É isso que os companheiros desprezam ao se negar a participar do Movimento e se lançarem a legalizar já uma legenda.

INTENSIFICAR A LUTA POR CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Vamos reunir a militância em todo o país, iniciar os debates, constituir coordenações do Movimento nos estados e avançar numa intervenção comum nas lutas. Vamos preparar as condições para realizar um grande encontro nacional. Neste esforço, devemos manter o chamado à responsabilidade de toda a esquerda socialista, chamá-los à unidade, para que se integrem ao Movimento pelo Novo Partido, denunciando o crime que significa manter uma atitude divisionista.

AGENDA

No dia 8 de dezembro será realizado, na PUC-SP, às 19h30, o lançamento do livro "As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil". O evento terá a presença de Zé Maria e Valério Arcary, da Direção Nacional do **PSTU** *e cujas entrevistas integram o livro. Além deles, João Machado e Marcos Del Roio também participarão, avaliando as modificações no perfil do Partido dos Trabalhadores e as tarefas da esquerda brasileira diante do governo Lula.*

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: opiniao@pstu.org.br
Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Jeferson Choma, Luiza Castelli, Rodrigo Ricupero, Wilson H. Silva, Yuri Fujita, Valério Paiva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

FOTOGRAFIA
Alexandre Leme, Ana Luisa Martins, Sérgio Koei

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Américo Gomes, Antonio Guilen, Bruno 'Nareba', Claúdia Costa, Diego Cruz, Edgard Fernandes, José Geraldo Gegê, Laerte, Marcelo Badaró Mattos, Márcia Mello, Maria Lúcia Fatorelli, Paulo Aguena, Rodrigo Ávila, Romier Souza

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

Aposentados não têm vez. PARA FHC ERAM VAGABUNDOS, PARA LULA SÃO FRAUDADORES

ATAQUES CONTRA OS IDOSOS MARCAM O MÊS DE NOVEMBRO. FILAS DO INSS ESTARRECEM TODO O PAÍS

Arquivo PSTU

DIEGO CRUZ,
de Bauru (SP)

O governo Lula deu, nas últimas semanas, provas incontestáveis do extremo descaso com que trata o aposentado no Brasil. Na primeira semana de novembro, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, num ato desumano, bloqueou o pagamento da aposentadoria aos beneficiários maiores de 90 anos. A medida atingiu mais de cem mil aposentados, além de incontáveis benefícios que, num erro do INSS, também foram atingidos. Pouco tempo depois da aprovação do propalado Estatuto do Idoso, o governo mostrava suas reais intenções.

CULPADO ATÉ PROVA EM CONTRÁRIO

Ricardo Berzoini tentou justificar a medida alegando que havia fraude na previdência. Desta forma, o aposentado deveria comparecer até o posto do INSS para provar que estava vivo, caso contrário não receberia mais. Batendo de frente com o princípio da inocência, Berzoini considerou todos os aposentados nonagenários culpados por fraude até que se provasse o contrário. As longas filas de idosos em todo o país causaram verdadeira comoção pública e o ministro foi obrigado a recuar e anular a medida insana que havia decretado. Depois da intervenção do Planalto, preocupado com o intenso desgaste que o governo vinha sofrendo, Berzoini foi obrigado a pedir desculpas em público. Lula não hesitou em defendê-lo, justificando o caso como *"um pênalti perdido"*.

GOVERNO DÁ CALOTE NOS VELHINHOS

No entanto, esse foi apenas o início da cruzada do Ministério contra os aposentados. Dias depois, as filas em frente ao INSS continuavam gigantescas. Tratava-se do final do prazo para o pedido de correção das aposentadorias defasadas por erros de cálculo em anos anteriores.

Uma lei promulgada em 20 de novembro de 1998 reduziu de dez para cinco anos o tempo que o segurado tem para reclamar de erros de cálculos. Os aposentados que ganharam o benefício entre junho de 1977 e setembro de 1988 e entre fevereiro de 1994 e fevereiro de 1997 têm direito à correção de suas aposentadorias. Pois, suas aposentadorias, nesses períodos, foram definidas com base em índices que não levavam em conta os reajustes do salário mínimo e a inflação. O reajuste que o aposentado tem direito pode chegar a 40%.

As intermináveis filas de aposentados em todo país não foram suficientes para sensibilizar Berzoini, que chegou a declarar que os atendimentos estavam "normais" e se recusava a prorrogar o prazo dos pedidos de correção. As cenas dramáticas de idosos passando mal nas filas e a morte de Ênnio de Freitas, aposentado que sofreu um ataque cardíaco em frente ao INSS de Taguatinga (DF), causaram mais comoção. Mas o não satisfeito Berzoini declarou ainda que o governo não pagará o que deve. Somente aos que se aposentaram entre 1994 e 1997, calcula-se que o governo deve cerca de 14 bilhões de reais.

EM CASO DE EMERGÊNCIA, CHAMEM O DUDA

Diante da tremenda crise que se instalou, o marqueteiro oficial foi chamado às pressas. Duda Mendonça recomendou a prorrogação do prazo, no que foi prontamente atendido por Lula. Uma medida provisória, contra a vontade do ministro, estendeu o prazo para os pedidos de correção dos benefícios até novembro de 2008. Porém, Berzoini já afirmou que não irá conceder a correção automática dos benefícios aos aposentados, e que vai recorrer na Justiça. De modo que a prorrogação do prazo é uma manobra destinada a fazer com que os aposentados morram antes de obter o que lhes é de direito sem que o ministro fique mal na foto. Resta saber se a tentativa de ocultar a crueldade colou.

Foto Latuff

FILA em agência do INSS no Rio de Janeiro

Essas atitudes não deixam de expressar uma perversa coerência do governo Lula. De acordo com o documento divulgado recentemente pelo Ministério da Fazenda, os aposentados são grandes causas das desigualdades sociais no Brasil. E assim, ao invés de romper com o FMI e decretar o calote da dívida aos banqueiros, o governo dá o calote em centenas de milhares de aposentados. ■

"Reforma" da Previdência: presente aos Fundos de Pensão

Lula declara que aprovação o deixou de "alma lavada"

O Senado aprovou, na noite de 26 de novembro, o texto base da reforma da Previdência, com 55 votos a favor e 25 contrários. A base do governo reunia apenas 42 votos, sendo que eram necessários 49 para a aprovação. O resultado só foi possível graças aos votos do PSDB e do PFL. Estima-se que o governo tenha liberado cerca de 700 milhões de reais em verbas a parlamentares. O próprio Lula e ministros se empenharam pessoalmente para aprovar a reforma.

Dias antes, o senador Paulo Paim declarava ser contrário à PEC 67, e que, se necessário, deixaria o PT para manter sua coerência. No entanto, no dia 26, após uma reunião com Genoíno e José Dirceu (a quem havia comparado a Golbery, general da ditadura), Paim declarou seu voto favorável, traindo os servidores. Alegou que suas reivindicações estariam na chamada "PEC paralela", medida do governo para evitar emendas e impedir que o projeto voltasse à Câmara. No PT, apenas a senadora Heloísa Helena votou contra.

O senador Aloizio Mercadante realizou um verdadeiro contorcionismo intelectual para defender a reforma. Citando Weber e o filósofo italiano Norberto Bobbio, argumentou que o governo orienta-se pela "ética da responsabilidade", ao contrário dos que seguiriam a "ética da convicção". De fato, o governo reúne as duas qualidades citadas por Mercadante. A responsabilidade com o FMI, que exigiu a reforma, e a convicção inabalável no poder do mercado.

A reforma aprovada em primeiro turno no Senado estabelece o fim da paridade entre servidores ativos e aposentados, a taxação dos inativos e a criação de fundos complementares de Previdência. A mera ameaça da reforma fez com que os lucros da aposentadoria privada aumentassem 62% nos primeiros nove meses de 2003, com a injeção de 9,84 bilhões de reais.

AUTORITARISMO

Para barrar o acesso dos servidores, o Senado praticamente dobrou o número de seguranças na votação da reforma, dia de luta do funcionalismo. No Ministério do Planejamento, foi proibida a entrada de sindicalistas que tentavam uma reunião com o ministro Guido Mantega. Qualquer um podia entrar no prédio, menos eles. ■

AS VERDADEIRAS VÍTIMAS DA BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

BRUTAL ASSASSINATO DE UM CASAL DE JOVENS EM SÃO PAULO REACENDE DEBATE SOBRE O *"COMBATE A VIOLÊNCIA"*. PASSEATA DA CAMPANHA NA AVENIDA PAULISTA, SUPOSTAMENTE *"PELA VIDA"*, TEVE MUITAS DECLARAÇÕES A FAVOR DA PENA DE MORTE PARA MENORES DE 16 ANOS

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Em ocasiões como esta, sempre assistimos ao ressurgimento da velha e inútil panacéia do aumento da repressão para combater a criminalidade. Além dos tradicionais *"Rota na rua"*, *"Exército fora dos quartéis"* e *"pena de morte"*, vemos agora clamores por mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela redução da maioridade penal.

A proposta de uma legislação de pânico aproveita-se do sentimento de uma sociedade desesperada e pouco esclarecida, que não entende que esta postura não combate os verdadeiros fatores geradores de criminalidade.

A verdade é que a atual sociedade capitalista não tem a menor capacidade de acabar com a criminalidade.

GUERRA CONTRA NEGROS E POBRES

No Brasil são assassinadas anualmente mais de 40 mil pessoas. Além dos problemas sociais, este número demonstra a profunda decadência do Estado burguês brasileiro e sua parceria com a criminalidade. É impossível chegar a tal grau de violência sem o envolvimento, ativo ou passivo, de uma parte dos aparatos encarregados da repressão.

Se analisarmos um pouco mais os números, veremos que a violência generalizada além de ter o Estado como responsável, tem vítimas preferenciais: os jovens, negros e pobres.

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, ao traçar o perfil das vítimas de homicídios por policiais, em 2000, concluiu que 58,86% dos assassinados não tinham antecedentes criminais e 66% eram menores de 25 anos (18% menores de 18). Uma pesquisa do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas revelou que 75% das vítimas da violência são negras e jovens.

Entre 1990 e 2001, a polícia paulista matou 7.942 pessoas. Os números vêm crescendo: nos seis primeiros meses de 2003, as polícias mataram 487 suspeitos, 78% a mais do que no mesmo período de 2002. No Rio, foram 815 civis mortos entre janeiro e agosto desde ano. Uma elevação de 40%.

O ouvidor da Polícia de São Paulo, Itajiba Farias Cravo, afirmou: *"Observei alguns laudos que, apesar de alegarem confronto entre policiais e civis, mostravam que os suspeitos haviam sido mortos com os braços estendidos ou tinham marcas de balas nas costas"*.

O Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo, concluiu que, em São Paulo, para cada policial morto em serviço, morreram 28 suspeitos. No Rio, essa relação é de um para 20.

O ex-secretário nacional de segurança pública Luiz Eduardo Soares, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, admitiu que há de fato um genocídio no Brasil: *"A vítima letal tem endereço, gênero, cor e idade. Estamos falando de jovens do sexo masculino que têm entre 15 e 24 anos. (...) O kit assassinato está sempre pronto para colocar na vítima uma arma e um pouco de droga para reproduzir sempre a mesma história"*.

Pesquisa da Campanha Nacional Permanente de Combate a Tortura e à Impunidade revela que 60% dos crimes de tortura são cometidos por policiais civis, militares e agentes do sistema carcerário, sendo 47,8% dentro das delegacias e 27,1% nos presídios. A principal vítima de tortura é o homem afro-descendestes, jovem e com baixo índice de escolaridade.

Estas são as penas de morte e tortura para os jovens negros e pobres, sem antecedentes criminais.

SEMENTE DO FASCISMO

No caso das torturas, a impunidade é marca registrada. Somente 4% dos casos viraram denúncias oficiais do Ministério Público e, dos 169 casos encaminhados à Corregedoria da PM, só 62 resultaram em inquéritos.

Esta impunidade tem caráter de classe: dados da Ouvidoria apontam que, dos 243 coronéis denunciados entre 1998 e 2000, apenas um foi punido.

A violência que existe na sociedade, em primeiro lugar, é um problema social, fruto da baixa qualidade de vida em que vive grande parte da população. Mas, em segundo lugar, deve-se entender que o atual Estado burguês, ou "Estado Democrático de Direito", é o maior impulsionador da violência e da criminalidade. Suas próprias instituições, corruptas e decadentes, promovem um círculo vicioso de repressão e crime. ■

LUGAR DE ADOLESCENTE É NA ESCOLA, NÃO NA CADEIA

Duas medidas, entre outras, são infinitamente mais eficazes para acabar com a insegurança.

A primeira é que o governo pare de pagar 155 bilhões de reais em juros aos banqueiros ao ano e invista em emprego. Isso geraria os 12 milhões de empregos que Lula prometeu (três milhões ao ano na indústria, ao custo de 50 mil reais).

A outra medida é a democratização radical da polícia. Que os delegados sejam eleitos diretamente pelas comunidades e colocados sob controle da população.

FOTO WLADIMIR SOUZA

Criança sem-terra participa de marcha contra a Alca em São Paulo

OS ALVOS DA VIOLÊNCIA,

No Brasil, são mais de 40 mil assassinatos por ano.

75% das vítimas são negras e jovens.

58,86% dos assassinados em São Paulo não tinham antecedentes criminais e 66% tinham menos de 25 anos

E A FACE DA IMPUNIDADE

Nos seis primeiros meses de 2003, as polícias paulistas mataram 487 suspeitos. Isto é 78% a mais do que no mesmo período de 2002

Dos 243 coronéis denunciados entre 1998 e 2000, apenas 1 foi punido

60% dos crimes de tortura são cometidos por policiais e agentes carcerários

Só 4% dos casos de tortura viraram denúncias oficiais

O RÉU TEM 16 ANOS, MERITÍSSIMO!
...O QUE, AGORA, É MAIORIDADE PENAL!
ÓTIMO! CONDENADO!
ESPEREM! EU...
REBELIÃO!!
MÃO NA PAREDE, JOVEM!
AGORA, 16 ANOS É MAIORIDADE LEGAL!
EU TENHO 14.
PRECISO DE UMA MAIORIDADE MAIS LEGAL.
VOU LER OS SEUS DEVERES, JOVEM!
E OS MEUS DIREITOS?
O CACHORRO COMEU.

"O noticiário baba"

Por mais de uma semana, o cartunista Laerte dedicou sua tira diária no jornal Folha de S. Paulo ao tema da redução da maioridade penal. Veterano nos quadrinhos, Laerte procurou mostrar os absurdos na campanha que se assemelha a um linchamento e que ressurgiu com o bárbaro assassinato em São Paulo. Além das tiras que reproduzimos, publicamos abaixo o seu depoimento especial ao **Opinião Socialista**.

"Eu não aceito discutir maioridade penal separado do resto. Do modo como vem aparecendo em jornais, tevês e rádios, é só um substituto de um linchamento real. O noticiário baba. Estupra, mas não mata. Mata mas não estupra. A Hebe ameaçando com entrevista de grosso calibre, todos surfando no desespero e no pânico das pessoas. A forma de punir menores só pode ser decidida dentro de uma outra pauta: a de como tratamos os jovens em nosso país. Todos os jovens, mas principalmente os mais pobres, empurrados desde a infância para o embrutecimento e a ignorância. O resultado é medonho. Para todas as idades".

Reformas sindical e trabalhista abrem caminho para retirada de direitos

NA ÚLTIMA DÉCADA, OS TRABALHADORES BRASILEIROS APRENDERAM QUE O SIGNIFICADO DA PALAVRA "REFORMA" PASSOU A SER *RETIRADA DE DIREITOS*. AO LONGO DESTE PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA, INFELIZMENTE, TAL SIGNIFICADO SE MANTEVE, COMO COMPROVAMOS COM A "REFORMA DA PREVIDÊNCIA". AGORA, APRESENTAM AS PRÓXIMAS "REFORMAS": A SINDICAL E A TRABALHISTA

MARCELO BADARÓ MATTOS*,
Especial para o Opinião Socialista

No campo sindical, os setores mais combativos da classe trabalhadora brasileira produziram, entre fins dos anos 70 e a década de 80 uma crítica aos limites da estrutura sindical corporativista brasileira, criada nos anos 30-40 com o objetivo de controlar os conflitos entre o capital e o trabalho. Avançaram também na discussão de um modelo de sindicalismo autônomo e alicerçado nas bases da classe, que esteve por trás da fundação da Central Única dos Trabalhadores.

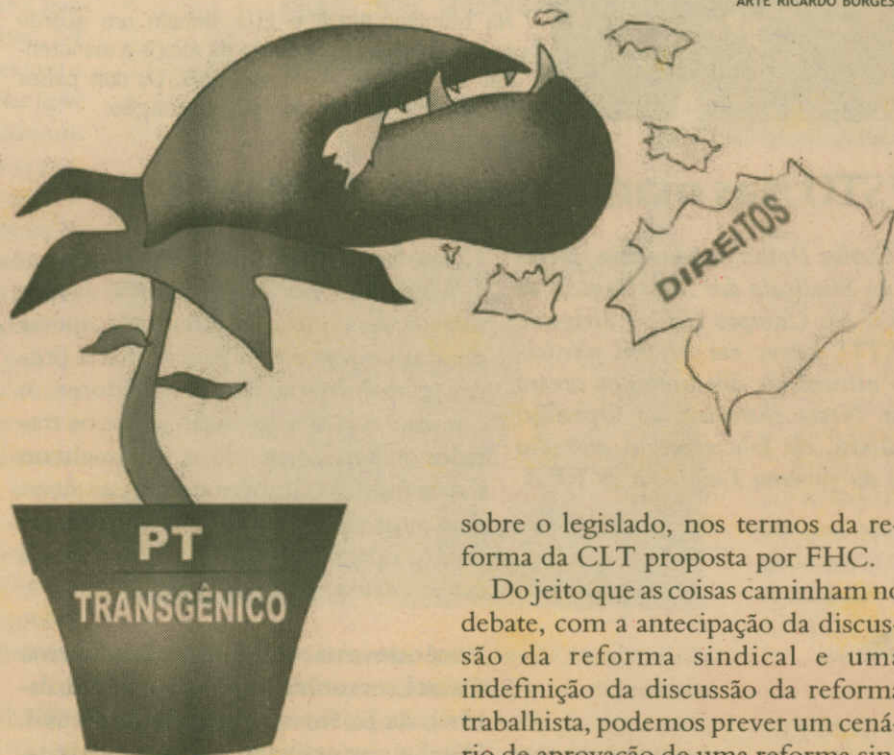
Mas, assistimos também, após 1988, a um progressivo abandono daquela discussão por parte dos setores majoritários na CUT, que passaram a defender um outro modelo sindical, pautado pela social-democracia européia, em que as centrais sindicais negociam em nome da classe que dizem representar. Propostas como a do sindicato orgânico (depois chamado sindicato nacional) se pautaram por essa idéia.

No que diz respeito à legislação trabalhista, após a incorporação de algumas conquistas na Constituição de 1988, a década de 90 foi marcada pela retirada de direitos, escamoteada por termos como "flexibilização" ou diminuição do "custo Brasil".

O resultado é que a classe trabalhadora brasileira, uma das forças de trabalho mais baratas do mundo, foi cada vez mais empurrada, no processo de reestruturação produtiva, para a precarização completa (os mais de 60% dos que hoje trabalham sem carteira assinada) ou para situações em que a lei – como no caso da legislação sobre contratação temporária, banco de horas, participação nos lucros e resultados e outras – ratifica a precarização das relações de trabalho, que em muitos casos tem se dado também por acordos entre sindicatos e empresas, sob a ameaça das demissões.

Foi nesse contexto que o governo FHC apresentou a proposta de "flexibilização da CLT", em que se pretendia que o acordado nas negociações coletivas prevalecesse sobre a lei, permitindo na prática a supressão de direitos como os de férias, 13º, licenças maternidade e paternidade etc.

O que podemos esperar da discussão sobre reforma sindical e trabalhista proposta pelo governo? Para responder a essa indagação, há que se observar, primeiro, em que espaço está se dando a discussão até aqui.

O espaço, instituído e arbitrado pelo Ministério do Trabalho, é o Fórum Nacional do Trabalho, dito "tripartite", por reunir 21 representantes do empresariado, 21 representantes das centrais sindicais e 21 representantes do governo, todos por este indicados.

ARTE RICARDO BORGES

NO FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO HÁ MAIORIA FOLGADA PARA QUE O NEGOCIADO PREVALEÇA SOBRE O LEGISLADO, NOS TERMOS DA REFORMA DA CLT PROPOSTA POR FHC

É claro que devemos questionar de início a idéia de tripartite, como se o governo fosse uma parte neutra no debate e não representasse interesses de classe, ou como se a representação sindical, fatiada entre centrais (algumas das quais apoiadoras da proposta de reforma da CLT do governo FHC), garantisse a voz da classe trabalhadora na discussão. Mas a coisa piora quando constatamos que as discussões no Fórum se fazem a partir de questões apresentadas pelo governo e respondidas pelas bancadas, com o objetivo de estabelecer o "consenso" nas respostas, como se fosse possível haver acordo de fundo nas questões relativas à organização do trabalho sob o regime da exploração capitalista.

Aonde pode chegar tal Fórum? A julgar por uma pesquisa publicada pelo jornal *O Globo* com a maioria dos seus integrantes, há maioria folgada, por exemplo, para um arranjo jurídico em que o negociado prevaleça sobre o legislado, nos termos da reforma da CLT proposta por FHC.

Do jeito que as coisas caminham no debate, com a antecipação da discussão da reforma sindical e uma indefinição da discussão da reforma trabalhista, podemos prever um cenário de aprovação de uma reforma sindical em que as centrais sejam legalmente reconhecidas como competentes para assinar acordos coletivos pelos trabalhadores das suas bases sindicais (organizadas talvez em sindicatos por empresa), e em que tais acordos, negociados pelo alto, "flexibilizem" na prática os direitos trabalhistas, ainda que uma reforma mais completa da CLT demore a ser aprovada.

Centrais cada vez mais distantes das bases, a CUT inclusive, poderiam assim assumir o papel de referendar a precarização dos direitos trabalhistas, em nome do "mal menor" como tem acontecido há tempos em alguns sindicatos, como o dos metalúrgicos do ABC, em que a direção aceita fechar acordos com as montadoras que rebaixam vencimentos e ampliam os bancos de horas, alegando diminuir, com isso, o número de demissões, que a cada ano se amplia.

Resta saber se as bases hoje filiadas à CUT, diante do agravamento de um quadro já insuportável de desemprego, queda salarial e perda de direitos, reforçado pelas políticas do governo Lula, aceitarão passivamente a colaboração ativa da direção da central na discussão das reformas sindical e trabalhista.

Para deter a nova reforma, será preciso uma mobilização superior em quantidade e qualidade à importantíssima greve do funcionalismo que procurava resistir à reforma da Previdência. Um desafio que temos que estar à altura de responder. ■

** Marcelo Badaró é professor de História na Universidade Federal Fluminense (UFF –RJ)*

Sindicalismo de negócios

RODRIGO ÁVILA*,
Especial para o
Opinião Socialista

O movimento sindical surgiu, em nível internacional, das péssimas condições de trabalho no século XIX, época na qual os trabalhadores cumpriam jornadas de até 16 horas, em locais insalubres e sem nenhum direito.

No Brasil, na década de 80, o sindicalismo teve forte participação na resistência à ditadura, principalmente nas grandes greves dos anos 80. A maior parte do sindicalismo era comprometida com as grandes lutas nacionais, como a relacionada à dívida externa. Após perder a eleição de 1989, Lula, o maior líder sindical que o Brasil teve até então, chegou a afirmar que *"qualquer governo do Terceiro Mundo que decide continuar a pagar a dívida externa faz a opção de conduzir seu povo ao abismo. É necessário suspender imediatamente o pagamento da dívida. Somos a favor de uma auditoria"*.

A partir da eleição de Lula, assistimos a uma verdadeira cooptação de sindicatos pelo governo federal, especialmente as grandes centrais, na tentativa de represar o descontentamento das bases. Várias medidas de importantes centrais possuem uma orientação para *"soluções de mercado"*, e não para a luta.

A primeira medida neste sentido foi o convênio de sindicatos com dezenas de instituições financeiras para a concessão dos empréstimos com desconto em folha, que beneficiam claramente os banqueiros. Financiamentos com juros de 1,75 a 3,3% ao mês parecem bondosos, mas podem chegar a quase 50% ao ano. Como o empréstimo é descontado no contracheque, o trabalhador terá de sacrificar até mesmo gastos como alimentação para pagar esses juros exorbitantes. Ora, uma das funções dos sindicatos é lutar por salários dignos e por reajustes, e não pelo endividamento ainda maior de seus filiados.

Mas o maior privilégio que os sindicatos vão entregar de bandeja para os bancos será mesmo a implementação dos fundos de pensão de associações de trabalhadores – instituídos por recente medida de governo – que, segundo o próprio Ministério da Previdência, farão triplicar o mercado atual desses fundos, de dois para seis milhões de pessoas. Se hoje todos os fundos de pensão no Brasil possuem um capital de 185 bilhões de reais, é inimaginável a quantia que será administrada por estas futuras entidades financeiras. ■

** Rodrigo Ávila é economista*

A VERDADEIRA BATALHA: SAIR DAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

MIAMI (EUA)

Esquema de guerra na repressão aos atos

FOTO CLÁUDIA COSTA

CLAÚDIA COSTA,
de Miami (EUA)

Miami parecia uma cidade sitiada. Tropas de choque, polícia montada e tanques de guerra nas ruas. Milhares de policiais armados cercaram a cidade, que sediou a oitava reunião dos representantes de 34 países que participam das negociações para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas. Uma forte campanha de intimidação apresentava os manifestantes como terroristas.

Na reunião, Brasil e EUA tinham um acordo prévio sobre a implantação da Alca e a manutenção de seu calendário até 2005. Os dois países batalharam juntos por essa resolução.

A manhã do dia 20 de novembro começou com cerca de 20 mil trabalhadores, latinos e jovens chegando ao centro sob o cerco dos policiais que bloqueavam as ruas. O comércio e os transportes públicos não funcionaram.

Nas ruas estavam, principalmente, trabalhadores. Estes passaram pela experiência do Nafta (acordo entre México, EUA e Canadá), e sentem que a Alca pode fazer com que o desemprego nos EUA ultrapasse o índice atual de 5%.

Após um ato pacífico, o confronto. Mais de 200 pessoas foram presas e muitas ficaram feridas. No dia seguinte, os atos de protesto contra as prisões também foram respondidos com violência. Nas ruas de Miami, a Alca mostrou novamente a sua face: violência contra os povos.

O PSTU nas manifestações de Miami

Luiz Carlos Prates, o **Mancha**, *presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e dirigente do PSTU, esteve em Miami participando ativamente dos protestos contra a Alca. Nesta entrevista ao* **Opinião Socialista**, *ele fala sobre os atos e o acordo do governo Lula com os EUA*

FOTO CLÁUDIA COSTA

Como foram os protestos em Miami?

Mancha – Foram expressivas as manifestações contra a conferência, apesar da grande repressão. Assistimos à presença majoritária de trabalhadores, o que expressa sua oposição sobre os tratados de livre comércio, que aumentam o desemprego também nos países ricos. Essa situação tem levado a que o movimento operário nos EUA e no Canadá esteja neste momento contra a Alca.

Você esteve na reunião com Guilherme Cassel, secretário-executivo do Ministério da Reforma Agrária do Brasil. Qual a sua opinião sobre o posicionamento do Brasil em relação à Alca?

A declaração dos ministros em Miami garante a implantação da Alca em 2005. O pior é que isso é feito por um governo que despertou muitas ilusões no âmbito nacional e internacional. A posição do governo brasileiro nesse episódio é lamentável, justamente agora que cresce a oposição à Alca. Cassel afirmou que a reunião de Miami abriria novo período na Alca, porque os Estados Unidos não conseguiram impor todas as condições para o acordo. O que vimos foi uma completa capitulação do governo Lula.

Como foi a participação do PSTU?

O **PSTU** participa ativamente da campanha contra a Alca no Brasil. Organizou o plebiscito com outros setores e colocou sua campanha eleitoral a serviço da luta contra a Alca. Internacionalmente, participamos de todas as manifestações contra a Alca, junto com outros partidos da **Liga Internacional dos Trabalhadores**. Em Miami, participamos da manifestação com a ISO (*International Socialist Organization*). Essa atuação demonstrou mais uma vez a tradição internacionalista do nosso partido.

Quais os próximos passos da campanha?

É necessário combater as resoluções de Miami. É preciso preparar as mobilizações para os próximos encontros, principalmente o que será no Brasil. Infelizmente existem muitas ilusões entre setores da campanha, que dizem que os EUA não conseguiram impor tudo e que a Alca *light* é uma derrota dos EUA. Na verdade qualquer tipo de Alca vai significar uma derrota para os trabalhadores.

COSTA RICA

Derrotar ou negociar a Alca?

A campanha contra a Alca está dividida na Costa Rica. Isso ficou claro na jornada de lutas contra a Alca realizada no ultimo dia 24 de novembro. Nesse dia houve duas marchas simultâneas que reuniram em média três mil manifestantes cada uma delas. Uma delas, convocada pela Frente Interna dos Trabalhadores e a Associação Nacional dos Funcionários Públicos, classificada pela imprensa como a mais "responsável", defendia maior transparência nas negociações da Alca. A outra marcha, organizada pela Assembléia do Povo (AP) e pelo **Movimento de Trabalhadores e Camponeses (MTC)**, exigia a não implementação da Alca e o fim das negociações. Durante o ato, Orlando Barrantes, dirigente do MTC, defendeu a preparação de uma greve geral para barrar a Alca.

PARAGUAI

99% dizem não à Alca

A campanha paraguaia "Não à Alca", que envolveu 38 organizações sociais, realizou um plebiscito popular, encerrado no último dia 26 de novembro, sobre o acordo.

Participaram mais de 180 mil pessoas, sendo que 99,57% foram contra a implementação da Alca. O resultado do plebiscito foi anunciado em uma manifestação com mais de três mil pessoas, que exigiu a retirada imediata do governo das negociações e a realização de um plebiscito oficial.

BRASIL

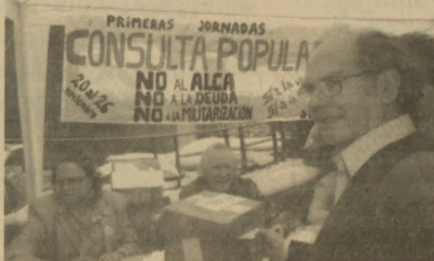
Reorganizar os comitês e retomar a campanha

FOTO WLADIMIR SOUZA

No dia 20, mobilizações sacudiram as principais capitais, como Porto Alegre e Recife. Em São Paulo, a passeata reuniu duas mil pessoas. Começou com um ato em frente ao Banco Central e foi encerrada no Consulado dos EUA. Uma parte da direção do ato, como o PCdoB, defendia as negociações em Miami. No entanto, as palavras-de-ordem exigiam o fim das negociações e um plebiscito oficial. Zé Maria disse no ato que *"nenhuma Alca interessa aos trabalhadores, o governo, ao seguir negociando, está entregando nossa soberania. Assim como não há soberania light, não há Alca light. A única saída é sair das negociações"*.

ARGENTINA

Milhares de trabalhadores participam de plebiscito popular

FOTO WWW.NOALCA.ORG.AR

Terminou com grande êxito o plebiscito popular sobre a Alca, dívida externa e militarização realizado na Argentina em novembro. Os mais de 20 mil ativistas dos movimentos sociais, integrantes de 300 organizações populares, conseguiram uma participação em massa da população: mais de dois milhões e trezentos mil votos foram registrados. *"Isso só demonstra o forte sentimento antiimperialista que existe na consciência da população argentina"*, declara Alicia Sagra, dirigente da **Frente Operária Socialista (FOS)**, que participou ativamente do plebiscito. Alicia diz ainda que *"o próximo passo será insistir na exigência da convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca"*, como exigimos no Brasil.

O RESULTADO DA REUNIÃO MINISTERIAL DA ALCA ESTÁ SENDO OBJETO DE UM GRANDE DEBATE. A CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA ESTÁ DIANTE DO SEU MAIOR DESAFIO: LUTAR CONTRA A ALCA, EM QUALQUER DE SUAS VERSÕES, OU APOIAR A POLÍTICA DO GOVERNO

JEFERSON CHOMA E JOÃO RICARDO SOARES, da redação

FOTO CLÁUDIA COSTA

Nestes dias, vários artigos foram publicados para convencer os ativistas da campanha contra a Alca de que a política do governo Lula defende a soberania nacional e enfrenta os interesses das grandes empresas.

Um deles, *"A Batalha de Miami"*, assinado por Gilson Reis, da CUT e do PCdoB, afirma: *"A declaração aprovada em Miami não tem nada a ver com a Alca sonhada pelo governo norte-americano. A Alca light — como foi batizada pela mídia —, é mais uma vitória da política externa do governo brasileiro. Todas as áreas sensíveis dos países do bloco (serviços, investimentos, compras governamentais, patentes, agricultura, legislação antidumping) serão encaminhadas a OMC. Abriu-se a possibilidade de acordos bilaterais ou entre blocos (Pacto Andino, Mercosul, América Central) e ainda uma flexibilidade de adesão maior, conforme decisão de cada país"*.

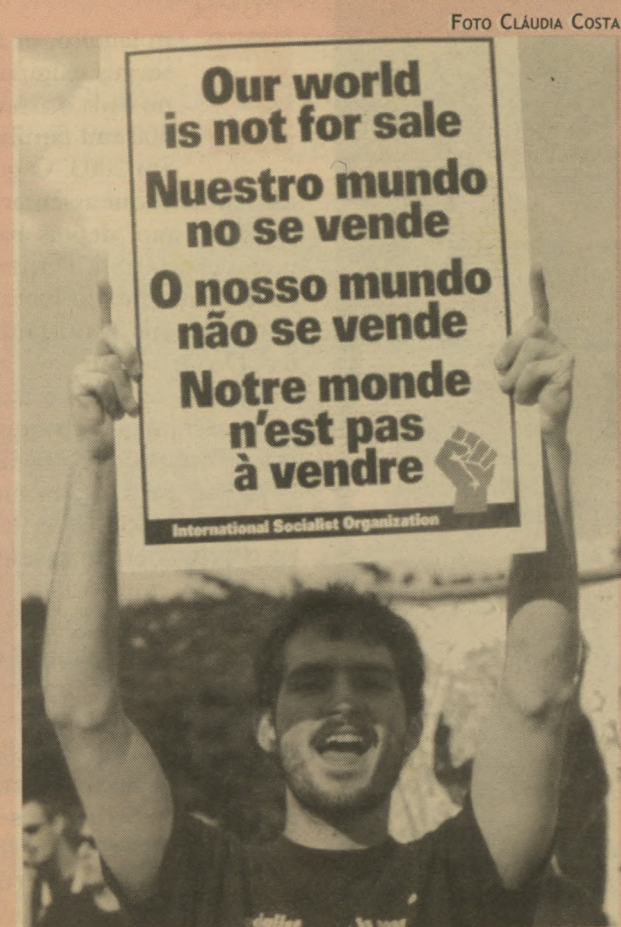
No afã de defender a negociação da Alca como *"mais uma vitória da política externa do governo"* o PCdoB esquece de ler a declaração ministerial de Miami e mente quando diz que os temas "sensíveis" serão encaminhados à OMC.

A declaração de Miami diz: *"As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirá disposições em cada uma das seguintes áreas: acesso a mercados; agricultura; serviços; investimento; compras governamentais; propriedade intelectual; (...)"*.

Mas, além dessa grosseira falsificação e do fato de que o PCdoB defende a *Alca Light*, o artigo tem o mérito de explicitar o debate: devemos abandonar a luta contra a Alca e passar a defender a política do governo de *Alca Light*? Outro tema é se o acordo de Miami caminha no sentido da *Alca Light*, ou se abre portas para a *Alca Abrangente* e a recolonização da América Latina.

MIAMI E AS CALORIAS DA ALCA

Os que reivindicam o acordo de Miami partem do seguinte pressuposto: o que foi definido em Miami não é a *"Alca dos sonhos dos EUA"*, por isso é uma vitória. Apóiam-se no fato de que as negociações sobre investimentos, compras governamentais, serviços e propriedade intelectual, que não têm a ver diretamente com o "livre comércio", incluirão "somente" compromissos mínimos. Os países que quiserem todo o "pacote" exigido pelos EUA, podem fazê-lo em acordos bilaterais.

O problema seria saber quais "compromissos mínimos" o governo Lula estará disposto a fazer em troca de acesso ao mercado dos EUA. O ministro da Agricultura, o latifundiário e exportador Roberto Rodrigues, já deu o tom do que seria mínimo: *"As coisas serão traçadas de maneira equilibrada sempre com compensações. Receberá quem der"*.

A coisa funcionará mais ou menos assim: se os EUA estiverem dispostos a aumentar a cota de importação de suco de laranja e do álcool produzido no Brasil, poderemos ceder mais em serviços: entregar a Educação às multinacionais ou escancarar as patentes das plantas da Amazônia, por exemplo.

Os termos das negociações obedecem à seguinte lógica: o tamanho de nossa soberania dependerá de quanto os EUA abrirem o seu mercado agrícola.

Portanto, o acordo Lula-Bush não é a *Alca Light*. Ele prepara a *Alca dos sonhos dos EUA*. Como afirma a declaração da Campanha Continental Contra a Alca: *"Estamos diante de uma nova e talvez mais perigosa proposta de negociação"*.

O que o PCdoB apresenta como vitória, a "flexibilidade de adesão maior, conforme decisão de cada país", na verdade significa que os EUA podem impor país a país uma *Alca hard*.

Com este acordo de Miami, além de tudo, o governo Lula abandona os povos da América Latina a mercê de seus governos entreguistas, justamente quando a campanha ganha força em todo o continente. Haverá uma *Alca Abrangente* no continente, se não for derrotada pelas massas.

SAIR DAS NEGOCIAÇÕES, ÚNICA SAÍDA

Mas digamos que estejamos equivocados em nossa interpretação sobre o resultado da reunião de Miami, e o que temos pela frente é *a Alca Light*.

Contra tudo o que a Campanha Contra a Alca acumulou, o PCdoB e o PT invertem os termos da realidade e tentam colocar o movimento diante de um falso dilema: ou aceitam a *Alca Light* de Lula ou a *Abrangente* de Bush.

Acontece que existe uma outra alternativa e a única que derrota a Alca: a saída das negociações. Esta é a política do movimento e este foi o resultado do Plebiscito popular.

Existem conclusões opostas sobre a reunião de Miami e este debate deve ser feito de forma ampla, pois ele também implica em políticas diferentes para a campanha.

Afirmamos que a única e verdadeira batalha em Miami foi a travada nas ruas pelos manifestantes que lutavam contra a Alca. Nesta batalha, o governo Lula estava do outro lado. *Light* ou *Abrangente*, estava entregando nossa soberania. ■

Alca Light e Soberania Light?

O PT e o PCdoB considerariam uma grande vitória, se em vez de uma *"Alca como quer os EUA"* ela se limitasse a um *"acordo de livre comércio"* a chamada *Alca Light*. O que esses partidos não dizem é que, mesmo se fosse "somente" isso, haveria um brutal aumento do desemprego no Brasil e na América Latina. O aumento das importações dos EUA fará com que uma parte da indústria brasileira não consiga concorrer e feche as portas. A dívida externa crescerá e seu pagamento continuará saindo de verbas que deveriam ir para saúde, educação e reforma agrária.

O país aumentará sua subordinação ao imperialismo. Qualquer acordo de livre comércio só atenderá aos interesses dos grandes empresários e latifundiários, que em vez de vender seus produtos no Brasil, querem ganhar em dólares exportando para os EUA. Já o povo amargará mais desemprego, arrocho e menos soberania.

Alca Light não garante a soberania do país, pois não existe *soberania light*.

PARECER DE SENADORA DO PT TRANSFORMA PLEBISCITO EM REFERENDO

MARIA LÚCIA FATTORELLI*,
especial para o **Opinião Socialista**

A Campanha Contra a Alca reivindica um Plebiscito Oficial sobre a Alca para 2004 e, nesse sentido, reivindica a aprovação de um Projeto de Lei de autoria do senador Saturnino Braga (PT-RJ), que prevê a convocação de plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora deste projeto, apresentou um parecer no dia 13 de novembro à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O parecer transforma o Plebiscito em referendo, ou seja, seria realizado apenas após a conformação de um texto para o acordo da Alca.

A senadora defende a manutenção do país nas negociações do acordo da Alca, argumentando que o *"item que mais interessa ao Brasil (...) consiste na abertura do mercado norte-americano para seus produtos competitivos, particularmente os produtos agrícolas e do agronegócio, como o suco de laranja (...)"*. Porém, isso conflita com a Lei do *"Fast Track"*, aprovada pelo Congresso dos EUA, que impede qualquer negociação em torno de mais de 300 produtos, entre os quais suco de laranja. Além disso, tal interesse não é do Brasil, mas dos grandes latifúndios, verdadeiros beneficiados.

A senadora ainda reproduz argumento de nota do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que diz: *"Sair do processo negociador significaria colocar em risco os interesses comerciais da nação, especialmente considerando a possibilidade de outros países da região, receptores de produtos brasileiros industrializados, aderirem ao acordo"*.

A senadora e o ministro da Casa Civil **temem que, caso apenas os outros países latinos entrem na Alca, não poderemos mais vender produtos a eles.** Uma falácia. Querem induzir ao raciocínio de que, sem a Alca, o Brasil não poderia comercializar com os demais países. Na verdade, com a Alca, os produtos norte-americanos invadirão todos os países, pois as condições de competitividade são desiguais.

Ao defender a manutenção das negociações, a senadora repete um argumento exaustivamente utilizado pelo governo FHC: o de que o acordo somente será assinado se for bom para o país. Diante disso, cabe uma reflexão. No Brasil, nestes últimos anos, como resultado da abertura comercial do governo FHC, o desemprego triplicou, a informalidade aumentou, nossas contas externas se deterioraram, enquanto centenas de milhares de pequenos produtores abandonaram a atividade. Todo este processo, que ameaça a soberania e as condições dignas de vida, não está sendo revisto pelo governo Lula. Ao contrário, este toma medidas que implementam a Alca, tais como a reforma da Previdência, a liberação dos transgênicos, a flexibilização de controles aduaneiros e de movimentação de capitais. Diante das evidências dos danos ao povo, como acreditar que este acordo somente será assinado se for bom para o país? Infelizmente, não há coerência!

**** Maria Lúcia é presidente da Unafisco e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul***

PLANO DE "REFORMA AGRÁRIA" DE LULA É UMA FRAUDE

Foto Marcelo Casal Jr. / Agência Brasil

LULA discursa, observado por Manoel dos Santos, da Contag, e João Pedro Stédile, do MST

ROMIER SOUZA,
do ILAESE

Em janeiro, os movimentos sociais exigiram do governo Lula o assentamento de 400 mil famílias sem-terra em 2003. O governo falou inicialmente que assentaria 140 mil no primeiro ano, depois baixou a promessa para 60 mil. Terminando o ano, balanço recente do Incra aponta para pouco mais de 20 mil famílias assentadas. Do Orçamento destinado à reforma agrária, 65% foi cortado e desviado para pagar juros aos banqueiros e cumprir as metas com o FMI.

Agora, foi lançado em Brasília o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em uma solenidade liderada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, com a presença do presidente Lula. O evento ocorreu no acampamento organizado pelos principais movimentos sociais do campo (MST, Contag, MPA) além da CUT, reunindo cerca de 2.500 trabalhadores rurais, que marcharam de Goiânia até Brasília.

O plano do governo prevê o beneficiamento, de fato, de pouco mais de 350 mil famílias em quatro anos, já que 500 mil serão "agraciadas" apenas com títulos de posse da terra. Um trabalho apenas de cartório, que não resulta em nenhum beneficio concreto. Outras 130 mil terão que comprar terras pelo Programa de Crédito Produtivo - versão do programa "Banco da Terra", de FHC, no qual agricultores tomam emprestados do governo recursos para adquirir seu lote.

Este modelo de reforma agrária, também chamada de reforma agrária capitalista, foi bastante difundido pelo FMI e Banco Mundial nos países da América Latina, por ser extremamente compensador para os fazendeiros e latifundiários rurais, que escolhem as piores terras para venderem aos sem-terra, a preços geralmente elevados.

O governo não quis assumir sequer a proposta elaborada por Plínio de Arruda Sampaio, que, apesar de não resolver a questão da reforma agrária, previa um milhão de assentados durante o mandato de Lula.

Com a política que este governo vem assumindo, através do novo acordo com FMI e da pavimentação da Alca, não apenas não haverá nenhuma reforma agrária, como sequer serão cumpridas as metas rebaixadas.

O MST e a CPT, entretanto, vêm anunciando uma trégua ao governo, por conta do lançamento do PNRA. O coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues, se diz satisfeito com o plano: "O *Estado tem o direito de apresentar sua contraproposta. Ainda que não seja o número desejado, 530 mil já ajuda*".

O governo Lula já demonstrou no primeiro ano não ser confiável em relação às promessas de assentamentos. Sem dizer que, para quem prometeu a reforma agrária com uma canetada, está oferecendo aos sem-terra um verdadeiro estelionato eleitoral. Reforma agrária implica em assentar 4,5 milhões de famílias sem-terra, o que exige transformar a estrutura fundiária do país e derrotar o latifúndio.

Não se entende como a direção do MST segue apoiando um governo que não tem como objetivo fazer uma verdadeira reforma agrária, mas manter a estrutura da propriedade da terra. Apoiar o plano do governo é o mesmo que abandonar a luta e reivindicação histórica de reforma agrária. ■

NADA DE TRÉGUA! DIREÇÃO DO MST PRECISA ROMPER COM O GOVERNO E CHAMAR A LUTA

EM BRASÍLIA, NO DIA 21, COM DISCURSOS COM CARÁTER NITIDAMENTE PRÓ-GOVERNO, DIRIGENTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS APOIARAM O PLANO DE REFORMA AGRÁRIA APRESENTADO PELO GOVERNO FEDERAL

AMÉRICO GOMES,
do Instituto José Luís e Rosa Sundermann

Surpreendeu o tom de adesismo e de "companheirismo" no encontro. Ainda mais porque, uma semana antes, fora entregue ao ministro Miguel Rosseto o anteprojeto do Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, e que propunha o assentamento de um milhão de famílias até o final do mandato de Lula: 200 mil por ano e 400 mil no último. A passeata que saiu de Goiânia pretendia pressionar o governo para aprovar este plano. Mas em Brasília tudo mudou.

DIREÇÃO DO MST ACEITOU MENTIRAS DO GOVERNO

Lá, os 2.500 dirigentes dos movimentos sociais, tendo à frente João Pedro Stédile, do MST, Luís Marinho, da CUT, e Manoel dos Santos, da Contag, primeiro resolveram aceitar que Lula comparecesse no pavilhão em que eles estavam concentrados, *"para evitar uma concentração de sem-terra em frente ao Planalto"*. Depois, aceitaram o "plano" do governo, que não guarda qualquer semelhança com o coordenado por Plínio Sampaio.

Mesmo com todo discurso demagógico, no qual o presidente disse ser *"um verdadeiro amigo"* dos sem-terra e que iria *"morrer ao nosso lado"*, a verdade começou a vir à tona quando foi dito que a reforma agrária será feita *"dentro das possibilidades"*.

É importante ficar claro quais são estas *"possibilidades"*: Lula, no ato, falou em **400 mil** assentados; o ministro havia anunciado **335 mil** e o atual Plano Plurianual prevê **118 mil**.

O governo rebaixou a proposta dos movimentos sociais em, no mínimo, 60%, mas nem isso está garantido. Para assentar 115 mil famílias em 2004, o governo necessita de 2,4 bilhões de reais e a verba no Orçamento de 2004 é de somente 630 milhões de reais, 26% do necessário.

É NECESSÁRIO CONSTRUIR UM PLANO DE LUTA E OCUPAÇÃO DE TERRAS

Além de faltar vontade política e verba, pelos compromissos assumidos pelo governo com o latifúndio e o FMI, esse Programa de Reforma Agrária é uma fraude. Ele prevê a indenização do latifundiário e o pagamento da terra pelo assentado em 20 anos. Sendo que os laudos de desapropriação são superfaturados, os decretos são anulados, os procedimentos são protelados e os processos, obstruídos.

Enquanto isso, apenas este ano, cresceu de 60 mil para 200 mil os trabalhadores que vivem em beiras de estrada esperando um pedaço de terra e os assassinatos de sem-terra dobraram. Os latifundiários gozam de total impunidade, aumenta a violência no campo e a criminalização dos movimentos sociais.

Por isso, o pior não é ouvir as novas mentiras do governo. O pior é ouvir dirigentes do movimento afirmarem que *"não podemos ter vergonha de apoiar o governo"*.

Não pode ser dada nenhuma trégua ao governo Lula e ao latifúndio, como estão propondo os dirigentes do MST. É necessário e urgente romper com o governo e preparar um Plano Nacional de Mobilização, Ocupação e Desapropriação para conseguir a reforma agrária de fato. ■

Na UNB, um setor do MTS divide lutadores e entrega sindicato à direita

ANTONIO GUILEN,
de Brasília (DF)

No dia 27 de novembro encerraram-se as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Brasília (Sintfub). Participaram três chapas: a chapa 1 (formada pela *Articulação*, *Tribo* e PPS e apoiada pela reitoria e pelo governo federal), a **chapa 2** (atual diretoria, formada pelos militantes do **PSTU** e independentes) e chapa 3 (formada pelo grupo *Socialismo e Liberdade* e independentes).

A chapa 1 venceu as eleições, com apenas 15 votos de diferença. A chapa 1 obteve 443 votos, a **chapa 2** teve 428 e a chapa 3, 183 votos. Destes, 123 foram no Hospital Universitário, que reunia metade dos membros desta última chapa.

As eleições foram extremamente polarizadas entre as chapas 1 e 2, sendo vencidas pela *Articulação*, que contou com o apoio e a intimidação da reitoria. Em alguns setores, a diretoria reuniu os funcionários e comunicou que havia se comprometido com a reitoria que votariam unidas na chapa 1 e ameaçou modificar os horários de trabalho.

Apesar de tudo isso, a **chapa 2** perdeu por uma diferença de apenas 15 votos. O que permitiu essa derrota foi a chapa 3, que dividiu o **MTS** e a vanguarda que dirigiu a greve contra a reforma da Previdência. Centrou suas críticas à direção do sindicato, sem apontar o verdadeiro culpado pelo arrocho que vive a categoria: o governo Lula.

Centrando sua campanha nas críticas à atual direção do sindicato, poupando a chapa 1 e fazendo, na Comissão Eleitoral, unidade contra a chapa 2, facilitou o jogo da *Articulação*, dando a vitória à reitoria e ao governo. Por isso, parte importante da vanguarda diz que quem ganhou as eleições foi a *chapa 13* (unidade da chapa 1, governista, e da chapa 3, do *Socialismo e Liberdade*).

Os companheiros da **chapa 2** não saem desmoralizados. Ao contrário, têm consciência de que enfrentaram imensos aparatos, ligados ao governo e à reitoria. Saem com um capital acumulado de anos de lutas, por manter o sindicato independente da reitoria e contra as reformas neoliberais. Na oposição, serão a única alternativa de luta da categoria.

Rio Grande do Norte: vitória na Saúde

MÁRCIA MELLO, de Natal (RN)

Nos dias 26 e 27/11, foi realizada a eleição para o Sindsaúde, onde mais uma vez ficou claro o desejo de continuidade das lutas contra o governo Lula. Com 60,52% dos votos, a chapa **"Lutar Sempre"**, composta por militantes do **PSTU**, **MTS** e independentes, venceu a chapa formada pelo PCdoB e PT e ligada ao governo. A vitória mostrou que os profissionais da saúde não querem um sindicato governista.

DEBATE SOBRE GOVERNOS LULA E ALCKMIN POLARIZA CONGRESSO EM SÃO PAULO

OCORREU EM SUMARÉ, NO INTERIOR DE SÃO PAULO, DE 26 A 29 DE NOVEMBRO, O XIX CONGRESSO DA APEOESP, SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. COM CERCA DE 2.400 DELEGADOS, O CONGRESSO EVIDENCIOU O CRESCIMENTO DA OPOSIÇÃO ALTERNATIVA

FOTO MARCELO COUTO

EDGARD FERNANDES NETO E JOSÉ GERALDO CORREA *GEGÊ*, diretores da Apeoesp

O congresso aconteceu quando se aprovava a reforma da Previdência no Senado, e foi polarizado pelo debate em torno do governo Lula e a relação de suas políticas neoliberais com as aplicadas em São Paulo pelo governo Alckmin.

Na abertura, Dirceu Travesso, o *Didi*, dirigente do **PSTU** e da CUT, responsabilizou a reforma da previdência do governo Lula. Como uma inegável base de apoio para a aprovação desta mesma reforma em São Paulo, que confiscou 5% dos salários dos professores.

No debate sobre conjuntura nacional, João Felício, ex-presidente da CUT, e Valério Arcary, do **PSTU**, aprofundaram a polêmica, ao discutir a natureza do governo Lula e as perspectivas da esquerda brasileira.

Também na mesa sobre Educação, a qual fez parte o professor Luís Carlos Lucas, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), questionou-se a política educacional do governo Lula.

Contra a vontade da *Articulação Sindical*, o debate político estava pautado.

UM CONGRESSO BUROCRATIZADO QUE NÃO IMPEDIU O CRESCIMENTO DA *OPOSIÇÃO ALTERNATIVA*

Os grupos de discussão se limitaram à tarde e ao início da noite da quinta. Além do pouco tempo, os grupos foram obrigados a propor emendas à tese guia, da *Articulação*.

Na plenária final do congresso, foi reservada apenas uma hora para votar as emendas relativas a cada um dos pontos da pauta. Por isso, nem 25% das emendas propostas sobre conjuntura nacional e internacional puderam ser votadas.

Apesar desta estrutura burocrática, montada para impedir o debate, a ***Oposição Alternativa*** (da qual fazem parte o **PSTU**, ex-petistas, independentes e militantes da esquerda do PT) foi a corrente que mais cresceu - mais de 800 delegados - constituindo sozinha 30% do plenário. Este fato, por si só, obrigou a *Articulação Sindical*, a *ArtNova* (racha da *Articulação* na categoria) e a *Corrente Sindical Classista* (PCdoB) a formarem um bloco em praticamente todas as votações.

APROVADA MOÇÃO CONTRA MARINHO E VICENTINHO

Apesar do emblocamento desta frente governista, foi aprovada a moção de repúdio a Marinho e Vicentinho (atual e ex-presidente da CUT) por estar fazendo publicidade da Universidade Bandeirantes (Uniban), de São Paulo. A moção exige que os dois se retratem e encabecem uma campanha em defesa da Universidade pública.

FOTO ALEXANDRE LEME

PLANO DE LUTAS

O ponto mais alto da plenária final foi a aprovação do plano de lutas apresentado pela ***Oposição Alternativa***. O calendário começa em dezembro, com a luta pela manutenção do quadro escolar, passa pela atribuição de aulas e planejamento em janeiro e fevereiro, por reuniões com pais e alunos e plenárias nas subsedes do sindicato, culminando com uma grande assembléia até o final de março. A conclusão seria a greve em defesa da escola pública, de emprego e salário.

Debate sobre novo partido marca congresso

Na noite de sexta, com mais de 500 pessoas, ocorreu o debate *"A conjuntura nacional, as perspectivas da esquerda e a necessidade de um novo partido"*. Participaram da discussão Luciana Genro (MES), João Batista Babá (CST), José Domingues, vice-presidente do Andes, e Zé Maria (**PSTU**).

Luciana e Babá defenderam a legalização imediata de uma legenda que agrupe as organizações de esquerda em oposição ao governo Lula num partido com um programa mínimo, que, por antecipação, deveria ser regido por um regime interno baseado em tendências.

Por outro lado, Zé Maria e Domingues defenderam um movimento amplo, cujo objetivo imediato seria a organização do debate sobre estratégia, programa e regime interno e não a legalização do novo partido. Destacaram que é preciso dar o direito aos lutadores que rompem com o PT de discutir os distintos projetos e não impor um projeto num acordo de cúpula. No debate, vários dirigentes da ***Oposição Alternativa*** apoiaram a proposta da construção de um movimento amplo por um novo partido.

Novos militantes

Na quinta, 27 de novembro, a palestra *"Alca e América Latina: Revolução ou Colônia"*, com Zé Maria, constituiu-se como uma importante atividade de propaganda e construção do **PSTU**, reunindo mais de 200 companheiros. Na ocasião, foi anunciada a filiação ao partido do companheiro Fábio Pires, diretor da Apeoesp, militante da ***Oposição Alternativa***, que recentemente rompeu com o PT e com a corrente *Articulação de Esquerda*. No ato, pelo menos mais sete companheiros se filiaram. Ao todo, trinta companheiros entraram no **PSTU**.

UBES GOVERNISTA OU DEMOCRÁTICA E DE LUTA?

EM MEIO A LUTAS PELO PASSE-LIVRE E CONTRA A ALCA, ACONTECERÁ DE 4 A 7 DE DEZEMBRO EM MOGI DAS CRUZES (SP) O CONGRESSO DA UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. NELE ESTARÃO SENDO DEBATIDOS DOIS PROJETOS OPOSTOS PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

DIEGO E BRUNO NAREBA,
Diretores da UBES pelo **Movimento Ruptura Socialista (MRS)** - Oposição

A luta contra os aumentos de passagens e pelo passe-livre vem sacudindo o país. A juventude está nas ruas, parando o trânsito, enfrentando a polícia, ocupando prefeituras, pulando catraca e garantindo o direito ao passe-livre de fato. Já o governo Lula fez novo acordo com o FMI e negociou a Alca com Bush em Miami.

E o que vem fazendo a UBES, que deveria estar à frente destas mobilizações? A UJS, ligada ao PCdoB, e seus aliados (PPS, PSB, PMDB, PDT, *Articulação*), que assinam a tese *"Ação e Atitude"*, estão transformando a UBES em um braço do governo no movimento estudantil e aprofundando a sua burocratização. Por isso estão contra a luta do passe-livre e apóiam o governo nas negociações da Alca.

A tese **"Movimento Ruptura Socialista" - Oposição**, defende que a UBES esteja à frente das lutas dos estudantes, como a do passe-livre e a contra o fim dos CEFAMs em SP, e que lute contra as medidas do governo, como o acordo da Alca, do FMI e o pagamento da dívida externa, que impede o aumento de verbas para a educação. Queremos o fim do funil, das fraudes, e a volta da democracia na UBES.

UNIR A ESQUERDA NUM NOVO BLOCO DE OPOSIÇÃO NA UBES

Precisamos construir uma nova direção para a UBES. Enquanto a UJS e seus aliados continuarem à frente da entidade, a UBES continuará governista e burocrática. O **MRS** faz um chamado a todos os ativistas, grêmios combativos, comitês do passe-livre e aos companheiros das teses *Desobedeça* e Radicalizar a UBES para formar um Bloco de Oposição na UBES.

Fazemos também um chamado a todas as correntes da esquerda do PT para que mudem sua postura de defesa do governo Lula e construamos juntos uma chapa de esquerda que derrote a UJS. ■

Foto Manoel Pereira

PARTICIPE

PLENÁRIA DA CAMPANHA DO PASSE-LIVRE
Sexta, 19h, nas salas dos grupos de discussão

ATO CONTRA O ACORDO DA ALCA
Sábado, 10h, em frente ao ginásio da plenária final

CHEGA DE FRAUDE!

As etapas estaduais da UBES foram um mar de despolitização, burocratização e fraudes. Na maioria dos estados, os congressos aconteceram em apenas um dia, sem grupos de discussão e debates políticos. Em São Paulo, houve 40 votos a mais do que crachás retirados! Em Pernambuco e em outros estados não houve nem votação na plenária final. Em Belém (PA), a UJS chamou a guarda metropolitana, intimidando a oposição durante o credenciamento.

OPOSIÇÃO VENCE NO RIO GRANDE DO SUL

A oposição teve uma importante vitória no Rio Grande do Sul, onde uma chapa unificada da esquerda derrotou a UJS com 53% dos votos. É necessário repetir essa unidade na etapa nacional, pois só assim será possível acabar com a burocratização e as fraudes.

NOTAS

GUERRA AOS TUBARÕES DO ENSINO

Foto Matheus Birkuit

PROTESTO em São Paulo, no último dia 20

Enquanto o governo Lula diminui as verbas nas federais, as universidades particulares continuam proliferando e as mensalidades onerando cada vez mais os estudantes que já não conseguem pagá-las.

Na PUC-SP, por exemplo, o número de estudantes inadimplentes já é de 40%. Isso obrigou os estudantes a se mobilizarem. Na São Camilo, os estudantes fizeram nas últimas semanas uma série de protestos contra o aumento, obrigando a direção a recuar. Já a Cásper Líbero enfrenta uma inadimplência de 27%. A reitoria impôs um reajuste de 45%, aumentando as mensalidades de 500 para mais de 750 reais. A resposta dos estudantes foi um ato que chegou a parar a Avenida Paulista.

ESTUDANTES NAS RUAS EM CURITIBA

Mais de 2.500 estudantes da UFPR tomaram as ruas de Curitiba no último dia 26. Com um déficit de mais de 400 professores, os estudantes reinvidicam a abertura imediata de concurso público e a ampliação do repasse de verbas.

CRÍTICA / *MATRIX REVOLUTIONS*

A revolução que não veio

WILSON H. SILVA, da redação

Decepção e perplexidade. São estas as expressões mais visíveis na maioria dos rostos que deixam as salas onde está sendo exibido *Matrix Revolutions*, o capítulo final da trilogia inaugurada pelos irmãos Andy e Larry Wachowski, em 1999. A reação do público não é difícil de ser explicada. Afinal, havia uma enorme expectativa, alimentada, inclusive, pelo título do filme. Depois de *Matrix* e *Matrix Reloaded*, o que se esperava era, de fato, uma "revolução" dos humanos contra as opressoras máquinas que os controlavam. E é exatamente isto que não ocorre.

A trilogia começa com Neo (Keanu Reeves) descobrindo que tudo o que ele pensa que é "real" é, na verdade, uma ilusão tecnológica produzida por um programa computadorizado, que aprisionou todos seres humanos e os usa como uma espécie de gigantesca "bateria" que fornece energia para um mundo dominado por máquinas.

No primeiro filme, Neo é libertado por uma "célula" de rebeldes que faz com que ele desperte e adquira consciência de sua condição de prisioneiro explorado. No segundo, Neo e seus companheiros lutam contra uma infinidade de "programas" para impedir que as máquinas destruam Zion, a cidade subterrânea onde os homens e mulheres que alcançaram a liberdade vivem. A seqüência acaba, com a promessa de um enfretamento final entre homens e máquinas.

FILOSOFIA, RELIGIÃO, LITERATURA E MARXISMO

O enorme impacto causado pelo primeiro filme da série se deve pela mescla de filosofia e lutas orientais (mostradas em impressionantes efeitos especiais), aspectos religiosos e pitadas de marxismo que o filme exibia. Tudo isso entrelaçado em uma infinidade de citações, que iam de *Alice no País das Maravilhas* aos escritos de Jean Braudillard e Arthur Schopenhauer, passando por homenagens a Billie Holiday e a quase toda cultura *pop* do século XX.

Uma receita que, poucos sabem, deve-se fundamentalmente à relação dos irmãos diretores com uma das figuras mais curiosas do mundo acadêmico norte-americano: o professor negro Cornel West - das prestigiadas Harvard e Princeton - um dos poucos intelectuais dos Estados Unidos que defende abertamente idéias socialistas (bastante "democratas", é necessário que se diga) responsável, em parte, pelos elementos apresentados no filme sobre o debate racial.

Aliás, este com certeza é um dos aspectos mais interessantes da trilogia: a enorme participação de negros, mestiços, orientais e não-brancos em geral. Boa parte dos comandantes, incluindo Morpheus (Laurence Fishburne) e Niobe (Jada Pinkett Smith), são negros. O próprio Cornel West faz uma ponta nos dois últimos filmes. Ele é o Conselheiro West, de Zion, uma Babel multi-racial embalada pelo melhor da *black music* e dos sons orientais.

O MESSIANISMO VENCEU

Foi esta combinação que fez com que o filme ganhasse uma legião de seguidores e tenha sido alvo das mais diversas abordagens acadêmicas e jornalísticas.

Visivelmente distante da pasmaceira batida de Hollywood, *Matrix* tinha apelo particularmente junto à juventude que não deixou de notar que ali estava um grupo de gente diferente, lutando para fugir do controle de um sistema injusto. Era esta luta que muitos queriam ver no final da trilogia. É verdade que há luta e resistência, mas acaba cedendo espaço para o caráter messiânico de Neo.

Apresentado desde o início como *O escolhido*, uma mescla de Buda e Cristo pós-moderno, o personagem de Keanu Reeves debateu-se com esta história durante toda a trilogia. E quem for ver o filme verá, o que temos no final está muito mais para um "salvador" (com explícitas citações à crucificação) do que um Che Guevara do mundo virtual.

Um desperdício e uma decepção. O que não apaga por completo as qualidades do filme. E, para os fãs de carteirinha, além do primeiro *Matrix*, ainda há a possibilidade de assistir a série *Animatrix* (também lançada em vídeo), com excelentes desenhos animados que trazem histórias paralelas da saga. ■

BOLÍVIA: INSURREIÇÃO E SONHO

DURANTE A SEGUNDA SEMANA DE DEZEMBRO, EDUARDO ALMEIDA, DA DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU, VISITOU A BOLÍVIA. ELE NOS CONTA QUE "*ANDAR PELAS RUAS DE LA PAZ E EL ALTO É TOCAR EM CADA ESQUINA A INSURREIÇÃO DE UM MÊS ATRÁS*". FALA AINDA DA TRAIÇÃO DAS DIREÇÕES QUE APOIARAM A POSSE DO VICE-PRESIDENTE CARLOS MESA E DA NECESSIDADE DE UMA SEGUNDA REVOLUÇÃO

EDUARDO ALMEIDA,
da Bolívia

Os bolivianos que me acompanham pelas ruas de La Paz mostram orgulhosos seus símbolos. Um deles aponta para a sede incendiada de um ministério e conta como ele ajudou a tocar fogo.

Os trabalhadores e o povo boliviano se sentem fortes por terem derrubado o governo de Sanchez de Lozada, o *Goni*. Acham que são capazes de qualquer coisa depois disso. Não é para menos. Fizeram uma greve que parou totalmente o país, enquanto os camponeses fechavam todas as estradas. Além disso, ocuparam La Paz com 200 mil pessoas. É como se, no Brasil, dois milhões ocupassem Brasília.

Mineiros, operários fabris, camponeses, jovens desempregados, mulheres e crianças enfrentaram com paus e pedras a repressão violenta do presidente Sanchez de Lozada, que causou 80 mortes.

Depois de tentar afogar em sangue a rebelião, apoiado sempre pela embaixada dos EUA, Lozada fugiu, não por acaso, para Miami. Já existiam sinais de fraturas nas forças armadas, com soldados se recusando a reprimir a rebelião e amotinamento de guarnições da polícia. Caso Lozada não renunciasse, a crise aumentaria e o governo poderia perder o controle das Forças Armadas.

Mas *Goni* fugiu, também para salvar a pele. Os mineiros de Huanuni já estavam em La Paz com seus cartuchos de dinamite, aplaudidos pela enorme massa aglomerada na praça San Francisco. Os camponeses chegavam cantando canções de guerra aymara: "*O grande dia está chegando/ todos nos levantaremos/ gringo maldito, vais morrer/ sabes bem, te enforcaremos*".

Não houve, na Bolívia, apenas um levante indígena ou popular. Há uma revolução em curso. Uma revolução operária, pelos métodos utilizados, como a greve geral e a insurreição urbana, e pela organização que a dirigiu: a histórica Central Operária Boliviana (COB).

Foto Indymedia

A COB é bem mais que uma central sindical. Agrupa o conjunto das massas bolivianas, incluindo camponeses, estudantes, camelôs etc. Todos, menos a burguesia, os militares e a Igreja. Por isso, é considerada uma "Central do Povo", que tem uma direção estatutariamente reservada aos mineiros, vanguarda histórica do proletariado boliviano.

UMA GRANDE INSURREIÇÃO, UMA GRANDE VITÓRIA... E A TRAIÇÃO

No dia da fuga de Sanchez de Lozada, houve um reunião ampliada dos dirigentes da COB. Durante este "ampliado", o vice-presidente Carlos Mesa, que estava assumindo o governo, telefonou a Jaime Solares, presidente da COB, pedindo-lhe que orientasse os piquetes a desobstruírem a praça em que está o Congresso e lhe permitissem passar.

Este incidente demonstra como terminou este primeiro episódio da revolução. As principais direções do movimento transformaram a vitória da derrubada de Lozada em uma traição, ao permitirem e apoiarem a posse do vice de *Goni*.

Um dirigente do **Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST)**, pequeno partido revolucionário boliviano, presente neste ampliado, questionou o apoio à posse de Mesa e propôs a tomada do poder pela COB. Os dirigentes se recusaram, utilizando-se de qualquer argumento: "*não havia partido revolucionário*", "*não existiam dez mil homens armados*". O que não explicaram é porque não se propuseram a tomar o poder e nem armaram os trabalhadores.

Mas a explicação é simples e cruel. Os principais expoentes da insurreição, Jaime Solares (COB), Evo Morales (Movimento ao Socialismo), Filipe Quispe (Movimento Indígena Pachackutki) não quiseram tomar o poder, romper com o neoliberalismo e avançar para um rumo anticapitalista. Defenderam e defendem uma "*saída constitucional*", eleitoral. Apóiam o vice Mesa, para que este chame uma Assembléia Constituinte e, depois, eleições normais (municipais em 2004, presidenciais em 2007). Querem ser uma alternativa eleitoral e eventualmente chegar ao governo por essa via, com aceitação e apoio da burguesia, como fez o PT brasileiro. Não por acaso, Evo afirma que tem "*muito a aprender com Lula*". Quer ser um Lula boliviano, daí "feliz 2004" e "feliz 2007". ■

Uma nova revolução ou votar para que tudo siga como antes?

El Alto, cidade dormitório de 700 mil habitantes, foi um dos centros fundamentais da revolução. Na insurreição, a cidade estava organizada, quarteirão por quarteirão, ao redor da COB regional, através das "*juntas vecinales*" (juntas de vizinhos).

Um boliviano me mostrou as cinco passarelas derrubadas para formar barricadas e impedir a passagem dos tanques nas avenidas.

El Alto também vive agora a "trégua" das direções majoritárias ao novo governo. Mas a desconfiança em relação a Mesa está crescendo e novos conflitos se preparando.

Mesa tem o apoio do imperialismo, da burguesia local e de todas aquelas direções. Vai querer desviar a atenção dos trabalhadores para o pântano da democracia burguesa, através da eleição de uma Constituinte, na qual ele deve tentar incluir temas como o do gás. Como se fosse necessária uma Constituinte para saber que o povo boliviano não quer a entrega do gás para as multinacionais, quando foi contra isso que a insurreição começou. Mas, através da Constituinte, podem ser eleitos muitos deputados com o dinheiro da burguesia e apoio da mídia, outros podem ser comprados, e o gás pode "democraticamente" seguir com as multinacionais.

A burguesia vai conseguir canalizar a revolução em curso para a "democracia"? A favor deste objetivo, ela tem a seu lado a autoridade dos principais expoentes da insurreição, como Evo, Solares e Quispe. Hoje, na Bolívia, vale mais o peso destas direções para sustentar Mesa do que a ilusão das massas nas instituições da democracia burguesa.

Mas, contra este plano está a realidade. Por mais discursos a favor da "democracia", nada pode mudar a realidade desta economia dominada pelo imperialismo, a não ser uma nova revolução, e desta vez socialista.

A Bolívia caminha aceleradamente para ser colônia dos EUA, seja via Alca ou um acordo bilateral. Qualquer governo burguês vai aplicar o plano imperialista, exatamente como Lula faz no Brasil.

Foto J. Freitas / Agência Brasil

JOSÉ DIRCEU, cumprimentado por Carlos Mesa

Os simpatizantes de Evo Morales precisam ver a atuação do governo Lula, para entender a profundidade da afirmação de Evo de que precisa "aprender muito" com Lula.

Os bolivianos terão que superar suas direções, que têm um plano oposto às suas aspirações. Terão que exigir que a COB tome o poder com Evo, Quispe e Solares e construir outra direção, disposta a fazer uma revolução: o MST boliviano é um embrião de partido revolucionário.

A Bolívia tem talvez a maior história revolucionária de toda a América Latina, depois de Cuba. A tomada do poder foi possível nas revoluções de 1952, 1971 e 1985, mas as direções o entregaram à burguesia.

Agora, mais uma vez, o problema do poder está colocado. A revolução socialista é um sonho? Não. É necessidade e possibilidade presente nesta Bolívia das insurreições. É um sonho, daqueles que Lênin dizia que deviam se realizar.

Aos que dizem ser a tomada do poder "só um sonho", respondemos que utopia reacionária é defender a resolução do problema do gás, do emprego ou da terra através da democracia burguesa e do capitalismo. Os que acreditavam em Lula que o digam. ■

PSTU deverá dobrar o número de diretórios até o início de 2004

PAULO AGUENA,
da Direção Nacional do PSTU

O PSTU chegou até outubro de 2003 com 88 novos diretórios, passando de 112 para 200 diretórios. Um primeiro levantamento já indica que poderá alcançar em abril de 2004 um total de 230 diretórios.

A maior expansão em números absolutos é no Estado de São Paulo, onde se passou de 25 para 51 diretórios municipais. Outro importante avanço foi no Rio de Janeiro, onde dez diretórios se somaram aos sete existentes, e espera-se construir mais três até abril. Ou seja, mais que duplicou, mostrando que o partido chegou definitivamente ao interior do estado. Na Bahia, o partido vem se afirmando a passos largos. Além do crescimento na capital, o partido passou de três para sete diretórios.

Outro exemplo interessante é o de Mato Grosso, onde foram abertos nove diretórios. Diferente de estados onde há uma estrutura partidária, aqui o partido praticamente não existia.

O ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

A existência do PSTU atesta o espaço para a construção de um partido socialista, marxista, com estrutura leninista. Isto significa dizer que os diretórios não funcionarão somente em época de eleições ou, fundamentalmente, para esse objetivo.

Estamos falando de diretórios voltados centralmente para intervir nas lutas sindicais e populares. O objetivo é lutar por um governo dos trabalhadores que transforme a estrutura econômica e social do país e construa uma sociedade socialista. O parlamento é uma via morta para o socialismo. O PSTU participa das eleições para divulgar seu programa e desmascarar o parlamento. A eleição de parlamentares só é útil se subordinada a estes objetivos.

EXPERIÊNCIA COM GOVERNO AMPLIOU ESPAÇO

O crescimento do PSTU reflete a ampliação do espaço para a esquerda socialista e revolucionária, na medida em que avança a experiência com o governo Lula. A reforma da Previdência, os acordos com o FMI, a implementação da Alca, a liberação dos transgênicos – só para ficar em alguns exemplos – têm demonstrado para um número cada vez maior de lutadores e ativistas que este governo veio para manter a essência da política neoliberal. É um governo do capital. Assim, o PSTU vai se afirmando enquanto uma nova alternativa de esquerda.

PLANO DE FORMAÇÃO E CAMPANHA DE ASSINATURAS DE UM NOVO JORNAL

O partido começa a desenvolver um plano que consolide esse crescimento e amplie sua influência. Serão desenvolvidas novas iniciativas de formação política, pois não há como sustentar um crescimento sem formar os quadros e militantes.

O partido está realizando seminários em várias cidades e categorias para discutir o ***Opinião Socialista***, seu principal veículo de divulgação. O objetivo é fazer as mudanças necessárias para lançar no ano que vem um jornal semanal. O partido deverá realizar, ainda no primeiro semestre de 2004, uma ampla campanha de assinaturas do jornal e retoma ainda este ano os dias nacionais de venda (*quadro ao lado*).

VEM AÍ O DIA NACIONAL DE DIVULGAÇÃO E VENDA DO OPINIÃO SOCIALISTA

No dia 10 de novembro, o PSTU estará realizando no país inteiro um dia de divulgação do jornal ***Opinião Socialista***. Os militantes do PSTU vão estar nas ruas, nas praças, nas escolas e universidades, apresentando o jornal e suas principais matérias.

Em cada região, militantes estão programando atividades. Em São Paulo, a principal concentração será às 17h no Centro, na Rua XV de Novembro, em frente ao banco Nossa Caixa. No Rio de Janeiro, será na estação do metrô Carioca, no Centro, às 15h.

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

ALAGOAS

- **MACEIÓ**
  R. Pedro Paulino, 258
  Poço (82) 336.7798
  maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

- **MACAPÁ**
  Av. José Antônio Siqueira, 941, Laguinho (96) 9965-0612
  macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

- **MANAUS**
  R. Luiz Antony, 823 - Centro
  (92)234.7093
  manaus@pstu.org.br

BAHIA

- **SALVADOR**
  R.Fonte do Gravatá, 36
  Nazaré (71)321.3632
  salvador@pstu.org.br
- **ALAGOINHAS**
  R. 13 de Maio, 42 - Centro
  alagoinhas@pstu.org.br
- **ILHÉUS**
  R. Conselheiro Dantas, 20 - Centro

CEARÁ

- **FORTALEZA**
  fortaleza@pstu.org.br
  CENTRO
  Av. Carapinima, 1700 - Benfica
  BARRA
  Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema
  GRANJA PORTUGAL
  Rua Taquari, 2256
  MARACANAÚ
  Rua 1, 229 - Cj. Jereissati1
- **JUAZEIRO DO NORTE**
  R. Santa Cecília, 480A,
  bairro Salesiano

DISTRITO FEDERAL

- **BRASÍLIA**
  Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
  brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

- **VITÓRIA**
  Av. Princesa Isabel, 15 - Ed. Martim de Freitas, 1304. -Centro

GOIÁS

- **GOIÂNIA**
  R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)261-8240
  goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

- **SÃO LUÍS**
  (98)276.5366 / 9965-5409
  saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

- **CUIABÁ**
  Av. Couto Magalhães, 165
  Jardim Leblon
  (65)9956.2942 9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

- **CAMPO GRANDE**
  Av. América, 921 Vila Planalto
  (67) 3840144
  campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

- **BELO HORIZONTE**
  bh@pstu.org.br
  CENTRO
  Rua da Bahia, 504 - sala 603 - Centro (31)3201.0736
  CENTRO - FLORESTA
  Av. Paraná 191, 2° andar - Centro
  BARREIRO
  Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
  Praça da Via do Minério
- **CONTAGEM**
  Rua França, 532/202 - Eldorado
- **JUIZ DE FORA**
  juizdefora@pstu.org.br
- **UBERABA**
  R. Tristão de Castro, 127 - (34)3312.5629
  uberaba@pstu.org.br
- **UBERLÂNDIA**
  R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

- **BELÉM**
  belem@pstu.org.br
  SÃO BRÁS
  Av. Gentil Bittencourt, 2089 - (91)259.1485
  ICOARACI
  Conjunto da COHAB, Trav. S1, 111
  (91) 9993.5650 / 227.8869
- **CAMETÁ**
  Tv. Maxparijós, 1195 - Bairro Novo
- **SÃO FRANCISCO DO PARÁ**
  Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara Municipal) (91) 96172944

PARAÍBA

- **JOÃO PESSOA**
  R. Almeida Barreto, 391 -1º andar - Centro (83)241-2368 -
  joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

- **CURITIBA**
  R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

- **RECIFE**
  R. Leão Coroado, 20/1º andar,
  Boa Vista (81)3222.2549
  recife@pstu.org.br
- **CABO DE SANTO AGOSTINHO**
  Rua José Apolônio
  n° 34 A - Cohab

PIAUÍ

- **TERESINA**
  R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

- **RIO DE JANEIRO**
  rio@pstu.org.br
  PRAÇA DA BANDEIRA
  Tv. Dr. Araújo, 45 - (21)2293.9689
  CAMPO GRANDE
  Estrada de Monteiro, 538/Casa 2
  JACAREPAGUÁ
  Praça da Taquara, 34 sala 308
- **DUQUE DE CAXIAS**
  R. das Pedras, 66/01, Centro
- **NITERÓI**
  R. Visconde de Itaboraí, 330 - Centro (21)2717.2984
  niteroi@pstu.org.br
- **NOVA FRIBURGO**
  Rua Souza Cardoso, 147 - Vila Amélia - *friburgo@pstu.org.br*
- **RIO DAS OSTRAS**
  Alameda Casimiro de Abreu, loja 114 Centro
- **NOVA IGUAÇU**
  R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro
- **VALENÇA**
  valenca@pstu.org.br
- **VOLTA REDONDA**
  Rua 2, 373/101 - Conforto

RIO GRANDE DO NORTE

- **NATAL**
  CIDADE ALTA
  R. Dr. Heitor Carrilho, 70
  (84) 201.1558
  ZONA NORTE
  Av. Maranguape, 2339
  Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

- **PORTO ALEGRE**
  R. General Portinho, 243
  (51) 3286.3607 -
  portoalegre@pstu.org.br
- **BAGÉ**
  Rua do Acampamento, 353 - Centro - (53) 242.3900
- **CAXIAS DO SUL**
  Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
  (54) 9999.0002
- **GRAVATAÍ**
  Rua Dr. Luiz Bastos do Prado, 1610/305 Centro (51) 484.5336
- **PASSO FUNDO**
  XV Novembro, 1175 - Centro - (54) 9982-0004
- **PELOTAS**
  Rua Santa Cruz, 1441 - Centro - (Próximo a Univ. Católica)
  (53)9126.7673
  pelotas@pstu.org.br
- **RIO GRANDE**
  (53) 9977.0097
- **SANTA MARIA**
  (55) 9989.0220 -
  santamaria@pstu.org.br
- **SÃO LEOPOLDO**
  Rua João Neves da Fontoura,864
  Centro 591.0415

SANTA CATARINA

- **FLORIANÓPOLIS**
  Rua Nestor Passos, 104 Centro
  (48)225.6831 *floripa@pstu.org.br*

SÃO PAULO

- **SÃO PAULO**
  saopaulo@pstu.org.br
  CENTRO
  R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11)3313.5604
  ZONA LESTE
  Av. São Miguel, 9697
  Pça do Forró - São Miguel
  (11) 6297.1955
  ZONA OESTE
  Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483 Butantã - (11)3735.8052
  ZONA NORTE
  Rua Rodolfo Bardela, 183
  (tv. da R. Parapuã,1800)
  Vila Brasilândia
  ZONA SUL
  SANTO AMARO
  R. Cel. Luis Barroso, 415 - (11)5524-5293
  CAMPO LIMPO
  R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior
- **BAURU**
  R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
  bauru@pstu.org.br
  www.pstubauru.ig.com.br
- **CAMPINAS**
  R. Marechal Deodoro, 786
  (19)3235.2867-
  campinas@pstu.org.br
- **CAMPOS DO JORDÃO**
  Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
  (12)3664.2998
- **EMBU DAS ARTES**
  Av. Rotary, 2917 - sobreloja
  Pq. Pirajuçara
  (11) 4149.5631
- **FRANCO DA ROCHA**
  R. Washington Luiz, 43 Centro
- **GUARULHOS**
  R. Miguel Romano, 17 - Centro
  (11) 6441.0253
- **JACAREÍ**
  R. Luiz Simon,386 - Centro
  (12) 3953.6122
- **LORENA**
  Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro
- **MAUÁ**
  Rua Capitão João, 1152 sala 6
  (11) 6761.7469
- **OSASCO**
  R. São João Batista, 125
- **RIBEIRÃO PRETO**
  R. Saldanha Marinho, 87
  Centro - (16) 637.7242
  ribeiraopreto@pstu.org.br
- **SANTO ANDRÉ**
  R. Adolfo Bastos, 571 Vila Bastos
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
  R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
  (11)4339-7186
  saobernardo@pstu.org.br
- **SÃO CAETANO DO SUL**
  Rua Eng. Rebouças, 707 (esq. com Amazonas) Oswaldo Cruz
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
  sjc@pstu.org.br
  VILA MARIA
  R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845
  ZONA SUL
  Rua Brumado, 169 Vale do Sol
- **SOROCABA**
  Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vila Carvalho (15)211.1767
  sorocaba@pstu.org.br
- **SUMARÉ**
  Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I
- **SUZANO**
  Rua Amélia Guerra, 103 - Vila Amorim (11) 4743-1365
- **TAUBATÉ**
  Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

- **ARACAJU**
  Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
  aracaju@pstu.org.br

- **SEDE NACIONAL**
  R. Loefgreen, 909
  Vila Clementino - São Paulo (SP)
  CEP 04040-030
  (11) 5575.6093

NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
memoria@pstu.org.br